

Companhia de Saneamento Municipal -CESAMA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA é uma empresa pública Municipal de Juiz de Fora, criada pela Lei nº 7.762/90 e regida pela Lei Municipal 13.473/2016, pelas Leis Federais 6.404/76, 11.445/2007 e 13.303/2016. Com patrimônio próprio, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de duração indeterminada. Com objeto social de planejar e executar o sistema público de abastecimento de água e esgotamento sanitário visando à universalização do acesso, sem prejuízo da sustentabilidade econômico-financeira a longo prazo, em cumprimento à política de gestão e às regras regulatórias dos setor ditadas pelo Poder Executivo municipal, titular do serviço de saneamento. Sendo o valor das Tarifas regulados pela ARSAE – Agencia Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas conforme pronunciamento técnico CPC PME (R1).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Eventos Subsequentes

A Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA avaliou os eventos subsequentes até 03 de março de 2018, que é a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria da empresa.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do Balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

b) Contas a receber

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa:

É constituída com base aproximada das contas a receber vencido a mais de 180 dias. Contas a receber de valores até R\$ 5 mil são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica “Provisões” sendo mantido o saldo de 2016 no valor de R\$ 8.001.

d) Estoques de materiais

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, bem como aqueles destinados a projetos, estão demonstrados ao custo médio de aquisição, e estão classificados no ativo circulante.

e) Créditos tributários

Os créditos tributários são calculados considerando as consequências fiscais atuais e futuras, também de diferença temporária tributável no futuro, de acordo com a determinação das práticas contábeis adotadas no Brasil.

f) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos do valor de depreciação. Relativamente as depreciações e amortização são calculadas de acordo com o método levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e às taxas de depreciação referidas na nota 9.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo exceto outros valores e bens e créditos tributários for maior que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. No exercício de 2017, não existiram indícios internos e externos, portanto não sendo realizado estudos de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

g) Intangível

O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota 10.

h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

i) Salários e encargos sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares, quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

j) Provisão para contingências

São constituídas provisões para fazer face às contingências e obrigações legais potenciais, sendo as mesmas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda baseada na opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisão para contingências, nos montantes

considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais, os quais estão em andamento.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda, registrado no resultado, é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente – 15% acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A partir de maio de 2010 a Companhia obteve liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do imposto de renda. Neste sentido, a CESAMA não realizou o recolhimento do imposto de renda devido a partir daquele mês, entretanto o valor correspondente ao IRPJ está sendo lançado em Reserva de Incentivos Fiscais.

A contribuição social, registrada no resultado, é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

l) Juros sobre capital próprio

Os juros a pagar a acionistas calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 foram registrados no resultado do exercício, na rubrica despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

m) Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- Provisão para contingências.

n) Contas de Destinação Específica

Foi desenvolvido pela Agência Reguladora (ARASE - MG), no processo de revisão tarifária de 2016, o conceito de Contas de Destinação Específica para reservar recursos a serem utilizados em áreas específicas, visando a melhoria da eficiência na prestação do serviço. Estes recursos, obtidos através da aplicação de percentuais sobre a Receita Tarifária de Aplicação (Calculada pela aplicação das tarifas de aplicação sobre o mercado faturado, deduzidos das vendas canceladas), devem ter um tratamento regulatório e contábil diferenciado, para viabilizar o cumprimento de metas. O percentual total de 23,901% sobre o Faturamento da Tarifa de Água e Esgoto, para abastecer estas Contas de

Destinações Específicas foram divididas em 6 grupos: Manutenção 6,317%, Treinamento 0,06%, Programa Controle de Perdas 1%, Proteção a Mananciais 1,25%, Tarifa Social 2,362% e Investimento Incentivado 12,912% depositados em contas vinculadas (Nota Técnica CRFEF 06/2016).

Os valores das Receitas e Despesas oriundas das Contas de Destinação Específica deverão ser excluídas da Base de Cálculo dos Dividendos e da Participação no Resultado ao Empregados, conforme previsto no artigo 3º parágrafo 8º da Resolução ARSAE-MG 79/2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades estão demonstradas como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Fundo Fixo	-	0
Banco	1.509	719
Aplicações financeiras	40.393	20.726
	41.902	21.445

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário, emitidos por bancos de 1ª linha, possuem rentabilidade indexada à taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, tendo liquidez diária. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado.

5. Créditos e contas a receber de usuários

	31/12/2017	31/12/2016
Valores a receber de usuários	32.131	26.187
Valores a receber partes relacionadas	5.063	1.491
Usuarios não identificados (1)	(195)	(210)
Total Contas a Receber	36.999	27.468
Outros recebimentos	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.001)	(8.001)
	(8.001)	(8.001)
	28.998	19.467

(1) A conta "usuários não identificados" representa valores recebidos no banco ainda não baixado no sistema da Companhia

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	11.450	5.549
Vencidos até 30 dias	7.593	8.265
Vencidos de 31 a 60 dias	2.656	2.360
Vencidos de 61 a 90 dias	1.074	796
Vencidos de 91 a 120 dias	511	445
Vencidos de 121 a 150 dias	436	340
Vencidos de 151 a 180 dias	330	276
Vencidos acima de 180 dias	8.081	8.156
	32.131	26.187

5.1. Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a **contas a receber** com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Nome	31/12/2017	31/12/2016
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (2)	5.040	1.491
Departamento Municipal de Limpeza Urbana	23	
Total	5.063	1.491

(2) Ao final do período a companhia realiza o encontro de contas vinculados a seus controladores, o encontro de contas e o confronto entre os créditos a receber da companhia com os dividendos e os juros sobre capital.

6. Estoque de materiais

O estoque da Companhia é composto de material de consumo e insumo, a saber:

Nome	31/12/2017	31/12/2016
Material Escritório	85	96
Material de Limpeza e Conservação	15	17
Equipamento de Segurança	40	45
Peças e Acessórios para veículos	68	64
Produtos Químicos	293	283
Ferramentas	22	19
Material Utilizado na manutenção (a)	3.160	2.618
Uniformes	84	86
Materiais para consumo	13	23
Total	3.780	3.251

(a) Os estoques de material utilizado na manutenção referem-se basicamente materiais hidráulicos, elétricos e material de obra utilização na manutenção dos sistema de água e esgoto pela Companhia.

7. Outros valores realizáveis

A Conta outros valores realizáveis de longo prazo em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a Terceiros	2.010	15
Adiantamento Empregados	276	167
Convênio a Receber	82	82
Parte Relacionadas	83	80
Retenções Processo Trabalhista	0	0
	<u>2.451</u>	<u>344</u>

8. Impostos a recuperar

8.1. Circulante

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2017	31/12/2016
IRRF s/ aplicações	1.838	1.400
Pasep	21	21
Cofins	99	99
Antecipação de imposto de renda	673	555
Antecipação de contribuição social	388	363
Impostos e Contribuições s/conta água/esgoto	1	1
Total	3.020	2.439

9. Imobilizado

	31/12/2017			31/12/2016	
	Taxas anuais de depreciação %	Depreciação		Total Líquido	Total Líquido
		Custo	acumulada		
Terrenos		1.665	-	1.665	1.665
Edificações	4	12.451	(10.983)	1.468	1.669
Valor Justo de Edificações	1,43	19.058	(2.464)	16.594	16.866
Veículos	20	3.344	(3.223)	121	106
Máquinas equipamentos	10	8.438	(7.010)	1.428	1.779
Ferramentas	20	124	(124)	-	-
Móveis e Utensílios	10	578	(424)	154	160
Equipamentos Informática	10	222	(30)	192	177
Sistema de Água	4	185.745	(74.399)	111.346	64.146
Sistema de Esgoto	4	84.905	(34.837)	50.068	51.246
Inversões Fixas		247	-	247	247
Instalações Investimento Incentivado	4	12.502	(294)	12.208	2.224
Obras em Execução Investimento Incentivado		13.861	-	13.861	7.198
Obras em Execução		47.509	-	47.509	95.869
Benefitorias em Terceiros	10	1.875	(653)	1.222	1.303
Total		392.524	(134.441)	258.083	244.655

A depreciação do exercício apropriada ao resultado, foi de R\$ 9.071. (R\$ 7.284 em 2016 como custo na atividade e despesas gerais .

Os itens de Instalações investimento incentivado e obras em execução investimento incentivado foram criadas pela Agência Reguladora para agrupar os investimentos que devem ter um tratamento regulatório diferenciado.

9.1. Movimentação do custo

Veículos	20%	3.344	54	(14)	3.304
Máquinas equipamentos	10%	8.438	42	(544)	8.940
Ferramentas	20%	124	-	-	124
Móveis e Utensílios	10%	578	27	(9)	560
Equipamentos de Informática	10%	222	35	-	187
Sistema de Água	4%	185.745	53.189	(1.035)	133.591
Sistema de Esgoto	4%	84.905	1.705	(53)	83.253
Inversões Fixas		247	-	-	247
Instalações Investimento Incentivado	4%	12.502	10.437	(178)	2.243
Obras em Execução investimento incentivado		13.861	6.663	-	7.198
Obras em Execução		47.509	40	(48.400)	95.869
Benfeitorias em Terceiros	10%	1.875	9	(15)	1.881
Total Custo		392.524	72.201	(50.248)	370.571
Depreciação Acumulada					
Edificações		(10.983)	(201)	-	(10.782)
Valor Justo Edificações		(2.464)	(272)	-	(2.192)
Veículos		(3.223)	(35)	10	(3.198)
Máquinas equipamentos		(7.010)	(360)	512	(7.162)
Ferramentas		(124)	-	-	(124)
Móveis e Utensílios		(424)	(32)	9	(401)
Equipamentos de Informática		(30)	(20)	-	(10)
Sistema de Água		(74.399)	(4.962)	8	(69.445)
Sistema de Esgoto		(34.837)	(2.834)	4	(32.007)
Benfeitorias em Terceiros		(654)	(76)	-	(578)
Depreciação Investimento Incentivado		(295)	(276)	-	(19)
Total da Depreciação		(134.441)	(9.068)	543	(125.916)
Total Líquido		258.083	63.133	(49.705)	244.655

- (a) Obras em Execução destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

As baixas tanto do exercício de 2016, quanto do exercício de 2017, referem-se ao sucateamento natural dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e por leilões.

10. Intangível

10.1. Composição dos saldos

Em 31 de dezembro, o intangível estava demonstrado como segue:

Descrição	Taxa de Amortização a.a.	31/12/2017	31/12/2016
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4%	1.070	1.070
Concessões de Uso		1.984	1.985
Programa de Informática		902	764
Desenvolvimento Software		1.842	1.234
Total custo		5.798	5.053
Depreciação acumulada			
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(741)	(698)
Programa de Informática		(4)	-
Total depreciação		(745)	(698)
Total líquido		5.053	4.355

10.2. Movimentação do custo

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2016
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4% a.a.	1.070	-		1.070
Concessões de Uso		1.984	-	1	1.985
Programa de Informática		764	-		764
Desenvolvimento Software		1.977	743		1.234
Total custo		5.795	743		5.053
Depreciação acumulada					
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(742)	(44)		(698)
Total depreciação		(742)	(44)		(698)
Total líquido		5.053	699	-	4.355

12. Fornecedores e Empreiteiros

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedor	1.134	1.029
Empreiteiro	4.216	3.892
Locação equipamentos	87	106
Total	5.437	5.027

Empresas especializadas na execução de obras na área de saneamento.

13. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2017			31/12/2016		
	Circul.	Não Circ.	Total	Circul.	Não Circ.	Total
Em moeda nacional						
BDMG - Novo Soma	128	0	128	1.591	83	1.674
BDMG - 150.739/11	572	4.479	5.051	591	4.894	5.485
BDMG - 181638	3.217	17.544	20.761	2968	19.518	22.486
CEF - Ampliação ETA	151	2.396	2.547	197	2.484	2.681
BNDES	1.065	3.060	4.125	1.062	4.083	5.145
CEF - Capital de Giro	1.000	2.000	3.000	1.000	3.000	4.000
Total	6.133	29.479	35.612	7.409	34.062	41.471

	Encargos anuais	Período inicial	Vencimento Final	31/12/2017	31/12/2016
Em moeda nacional					
Investimentos em obras					
BDMG - Novo Soma	8% + IGP-M	02/11/2005	02/01/2018	128	1.674
BDMG - Soma	8% + IPCA	16/09/2011	16/09/2026	5.051	5.485
BDMG - 181638	7% + IPCA	20/04/2016	20/03/2024	20.761	22.486
CEF - Ampliação ETA	6% + FGTS	28/12/2007	28/12/2030	2.547	2.681
BNDES - Adutora	1,92% + TJLP	29/10/2012	12/11/2021	4.125	5.145
CEF - Capital Giro	0,4% + CDI mês	29/01/2016	28/12/2020	3.000	4.000
				35.612	41.471

As garantias dos empréstimos e encargos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto.

14. Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31/12/2017	31/12/2016
INSS retido na Fonte	87	53
IRRF	471	510
PASEP	190	209
COFINS	879	967
ISS Redito na Fonte	87	107
Retenção Contribuição Lei 10.833	13	20
IRPJ	65	65
CSLL	152	402
Total	1.944	2.333

15. Outros passivos

A Conta outros débitos em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

	31/12/2017	31/12/2016
Ordenados e Salários	21	3
PR	313	442
SENAI	11	12
Convênio SESI	43	44
Convênio SENAI	29	29
Previdência Social	1.093	1.096
FGTS	381	382
Depósito Judiciário	(10)	57
SENAI Treinamento	101	95
SESI Assistência Social	66	70
Décimo Terceiro e Encargos	184	30
Cauções de terceiros	111	73
Valores a restituir usuários	2.454	2.111
Consignados	1	2
Outros Valores exigíveis	3.187	1.113
Total Curto Prazo	7.985	5.559
Retenções P/responsabilidade solidaria	233	246
Total Curto Prazo	233	246
Total	8.218	5.805

16. Obrigações por Concessão de Uso

A Conta outras obrigações em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2017	31/12/2016
Concessão de Uso (a)	1.985	1.985
	1.985	1.985

(a) A conta concessão de uso corresponde a contratos de cessão realizados entre a companhia e outros órgãos públicos, onde a CESAMA ocupa áreas cedidas por órgãos públicos sem ônus, apenas os custos de manutenção são custeados pela CESAMA.

17. Provisão para contingências

17.1 Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A CESAMA mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Depósitos Judiciais		Provisões para contingências	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cível (a)	213	91	3.041	3.993
Trabalhista (b)	90	239	537	187
	303	330	3.578	4.180

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

- (a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços etc.
- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

17.2 Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 32.942.

Os detalhes sobre os processos com probabilidade de perda possível, são os seguintes:

- (a) Os processos cíveis referem-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços etc.
- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

18. Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de contribuição definida, administrados pela BRADESCO MULTIPENSIONS, entidade fechada de previdência complementar.

18.1 Plano de Contribuição Definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados)

e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

19. Instrumentos financeiros

a. *Gestão de risco financeiro*

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e a curto prazo, que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

(i) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” para se proteger desse risco.

(ii) *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um

grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

(iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos no mercado local. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. Os financiamentos destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

20. Partes relacionadas

20.1 Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

A Companhia é controlada diretamente pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora com 99,99% das ações e de forma indireta através do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DEMLURB com 0,01% de ações, totalizando 100% das suas ações.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados no exercício de 2017 estão demonstrados na nota 5.1.

As operações com empresas associadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários a suas atividades.

As operações com empresas associadas, relacionadas à atividade operacional da Companhia, foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e seus saldos patrimoniais podem ser assim demonstrados:

Companhia de Saneamento Municipal	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		
Contas a receber	-	1.491
	-	1.491
Ativo não circulante		
Imobilizado - Cessão de uso (a)	1.985	1.985
	1.985	1.985
Total ativo	1.985	3.476
Passivo circulante		
Cessão de uso (a)	1.985	1.985
	1.985	1.985
Total passivo	1.985	1.985

(a) Os montantes de cessão de uso são referentes a imóveis utilizados pelas partes relacionadas, onde a Prefeitura utiliza o imóvel da CESAMA localizado na Av. Independência lojas 992 e 994 e em contra partida a prefeitura cede o imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas nº 1001 e 8º andar do Edifício Adhemar Resende de Andrade situado a Avenida Rio Branco 1843.

20.2 Operações com pessoal-chave da administração

Os diretores que pertencem ao quadro de empregados possuem os mesmos benefícios dos demais empregados da CESAMA.

A Cesama adota política de remunerações variáveis a seus diretores e pessoal chave que em 2017, conforme condições previstas nos respectivos contratos determinaram provisão no montante de R\$ 851 e em 2016 o valor de R\$ 827 reconhecidos em rubrica própria.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 161.000, representado por 161.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Acionistas	Quantidade de ações	%
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	160.984	99,99%
DEMLURB	16	0,01%
	161.000	100,00%

21.2 Reserva Capital

O saldo da conta Reserva Capital não sofreu qualquer alteração em 2017, permanecendo o valor de R\$ 1.416.

21.3 Reserva Legal

A reserva legal tem sido constituída em conformidade com o art 193 da Lei nº 6.404/76 e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo registrado é de R\$ 9.460.

21.4 Reserva Para Plano de Investimentos

A Reserva para Plano de Investimentos tem sido constituída sobre o saldo remanescente de Lucro Acumulados depois das devidas destinações Legais e Estatutária. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo registrado é de R\$ 41.177.

21.5 Reserva de Incentivos Fiscais

A reserva de incentivos fiscais tem sido constituída dos repasses governamentais e do IRPJ suspenso que em 2017 foram respectivamente em R\$ 49 e R\$ 14.284, com saldo registrado de R\$ 48.592.

21.6 Dividendos

Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na rubrica “despesas financeiras”, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 6% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2017
Lucro Líquido Antes IR	55.540
Ajuste de Exercício Anteriores	(167)
IRPJ Suspenso	(14.284)
JSCP	(3.000)
Lucro após IRPJ Suspenso	38.089
Reserva Legal (5%)	(1.904)
Subvenções	(49)
Tarifa Subsidiada	(59.251)
Despesas Subsidiada	19.680
Base de Cálculo dos Dividendos	<u>(3.435)</u>
Dividendos	-

21.7 Ajuste de Exercícios Anteriores

No exercício de 2017, as operações relativas aos fatos que afetaram resultados de exercícios anteriores foram transferidas para o Patrimônio (Lucros e prejuízos Acumulados), no montante de R\$ 167 (cento e sessenta e sete), advindo da diferença de Contribuição Social sobre o lucro líquido de 2016. Devido a irrelevância do valor, as demonstrações financeiras não foram reapresentadas de acordo com a NBC TG 23 (R1) – POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO.

22. Receita operacional líquida

A receita bruta da companhia é decorrente de dois segmentos de negócios, do serviço de abastecimento de água potável e o esgoto sanitário, que estão distribuídos a saber:

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços de Água		
Tarifa de Água	128.127	109.937
Ligações	2.859	2.000
Cortes e Sanções	43	48
Ampliações Redes	58	107
Outros Serviços Técnicos	165	136
	131.252	112.228
Serviços de Esgoto		
Tarifa de Esgoto	80.548	73.285
Ligações	108	274
Ampliações Redes	445	456
Outros Serviços	7	8
	81.108	74.023
Receita Bruta	212.360	186.251
Cancelamentos	(3.304)	(3.283)
Pis sobre faturamento	(3.479)	(3.106)
Cofins sobre faturamento	(16.072)	(14.344)
Receita Líquida	189.505	165.518

23. Custo dos serviços prestados

Os custos incorridos com a prestação de serviços de água e esgoto podem ser assim demonstrados:

	31/12/2017	31/12/2016
Custos dos Sistemas		
Sistema de Água		
Pessoal	4.254	4.260
Material e Insumos	6.058	7.005
Serviços de Terceiros	10.109	9.459
Despesas Gerais	13.244	13.790
Depreciações e Amortizações	4.740	3.244
	38.405	37.758
Sistema de Esgoto		
Pessoal	1.742	1.904
Material e Insumos	1.188	1.431
Serviços de Terceiros	1.933	1.968
Despesas Gerais	532	554
Depreciações e Amortizações	2.641	2.589
	8.036	8.446
Total dos Custos do Sistema	46.441	46.204

24. Despesas gerais e administrativas

As despesas Gerais e Administrativas estão demonstradas como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Administrativas		
Pessoal	66.808	63.977
Materiais e Insumos	1.649	1.815
Serviços	7.708	7.465
Depreciações / Amortizações	1.270	1.032
Provisão / Reversão P/Crédito de Liquidez Duvidosa	-	-
Energia Elétrica	321	314
Provisão P/Contingência	-	-
	<u>77.756</u>	<u>74.603</u>
Gerais	<u>276</u>	<u>724</u>
Total	78.032	75.327

25. Imposto de renda e contribuição social

25.1 Imposto de renda

A Companhia impetrou Ação Ordinária obtendo liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do IRPJ, alegando condição de empresa pública municipal responsável pela distribuição, coleta, tratamento de água potável e esgoto, devendo ser protegida pela imunidade tributária prevista no art.150, inciso VI, alínea “a”, da Constituição Federal de 1988. Em maio de 2010 foi deferida Tutela Antecipada pela Juíza Federal Titular da 3º Vara de Juiz de Fora a favor da Companhia. Neste sentido, a CESAMA não contabilizou e não recolheu o IRPJ devido a partir do mês de maio de 2010 até o encerramento do exercício. Desde 2012 os valores correspondente ao IRPJ estão sendo transferidos para a conta Reserva de Incentivos Fiscais que em 2017 foi de R\$ 14.284.

25.2 Contribuição social

O valor registrado como despesa de Contribuição Social nas Demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	62.481	43.185
Adições		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Provisão para contingências	-	-
Apoio institucional	102	111
Outras Adições	56	15
	158	126
Exclusões		
Reversão para crédito de liquidação duvidosa		-
Receita de Subvenções	49	49
Reversão para contingência	602	-
Juros sobre capital próprio	3.000	1.000
	3.651	1.049
Base de Cálculo	58.988	42.262
Aliquota - 9%	5.309	3.804
	5.309	3.804

26. Seguros

A Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos sobre seus ativos e responsabilidades, há apenas contratos de seguros para seus veículos, incorrendo em coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multi-riscos para os demais ativos e responsabilidades.

Não ocorreram durante o exercício perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA

André Borges de Souza
Diretor Presidente

Marcos Antônio Teixeira
Diretor Financeiro e Administrativo

Márcio Augusto Pessoa Azevedo
Diretor Técnico Operacional

Marcelo Mello do Amaral
Diretor de Desenvolvimento e Expansão

Robson Dutra Ferreira
Contador
CRC-MG 070057